



**MINISTÉRIO DO ESPORTE
GABINETE DO MINISTRO
OUVIDORIA**

Em conformidade com o Decreto N° 10.829 de 05 de outubro de 2021

INFORMAÇÕES PESSOAIS

Nome: Frederico Costa e Silva

Cargo efetivo:

Cargo comissionado: Diretor de Acompanhamento e Prestação de Contas – SNEALIS/MESP

FORMAÇÃO ACADÊMICA

Curso: Direito

Instituição: Universidade Ceuma

Conclusão: 12/2016

Currículo no Lattes (link):

https://wwws.cnpq.br/cvlattesweb/PKG_MENU.menu?f_cod=55B6C103F85BD1B21D54B0836E940635

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Empresa/Órgão: DETRAN/MA

Cargo: Advogado

Período: 09/2023 a 09/2025

Descrição: Atuação como advogado, tanto no jurídico, quanto no administrativo

Empresa/Órgão: Duarte Costa e Silva Advogados Associados

Cargo: Advogado

Período: 01/2018 a 09/2025

Descrição:



MINISTÉRIO DO ESPORTE
GABINETE DO MINISTRO
OUVIDORIA

Em conformidade com o Decreto N° 10.829 de 05 de outubro de 2021

REQUISITOS LEGAIS/OBRIGATÓRIOS (DECRETO 9.727)

☒ **Não enquadramento nas hipóteses de inelegibilidade previstas no inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990**

E

☐ **Experiência profissional de, no mínimo, cinco anos em atividades correlatas às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições e às competências do cargo ou da função;**

OU

☐ **Ter ocupado cargo em comissão ou função de confiança equivalente a DAS de nível 3 ou superior em qualquer Poder, inclusive na administração pública indireta, de qualquer ente federativo por, no mínimo, três anos;**

OU

☐ **Possuir título de especialista, mestre ou doutor em área correlata às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições do cargo ou da função.**

OU

☒ **Enquadra-se na hipótese prevista pelo art. 9º do Decreto 9.727/2019.**

Dispensa excepcional dos critérios

Art. 21. Os critérios de que tratam os art. 16 a art. 19 poderão ser dispensados, justificadamente, pelo Ministro de Estado titular do órgão ou da entidade vinculada em que estiver alocado o CCE ou a FCE, de forma a demonstrar a conveniência de dispensá-los em razão de peculiaridades do cargo ou do número limitado de postulantes para a vaga.

Parágrafo único. A competência de que trata o caput será exercida:

I - no âmbito do Banco Central do Brasil, pelo Presidente do Banco Central do Brasil; e

II - no âmbito dos órgãos subordinados diretamente ao Presidente da República cujo titular não seja Ministro de Estado, pela autoridade máxima do órgão.